

Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI
CGC 08490.302/0001-05

PROJETO DE LEI Nº. 03/2022.

**INSTITUI O CONSELHO
MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E
DEFESA DOS ANIMAIS, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Vereador, João Cabral de Lira, no uso das suas atribuições legais e regimentais, faz saber a que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais, órgão de natureza consultivo e deliberativo, instrumento de políticas públicas municipais de destinação e gerenciamento de receitas e meios para o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à saúde, proteção, defesa e ao bem-estar dos animais no Município de São Paulo do Potengi/RN.

Art. 2º- O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais tem os seguintes objetivos, conforme Declaração Universal dos Direitos dos Animais - UNESCO 27/01/1978, Portaria nº 117 de 15 de Outubro de 1997 do IBAMA, sobre Compra e Venda de Animais Silvestres e Leis Federal nº 9.605/98, nº 14.064/ 2020 e Lei de Crimes Ambientais:

I - estimular a guarda e proteção responsável dos animais, conforme as leis vigentes;

II - acompanhar, discutir, sugerir, propor e fiscalizar as ações do poder público e o fiel cumprimento da legislação de proteção animal.

III - atuar na proteção e defesa dos animais, quer sejam os chamados de estimação ou domésticos, bem como os animais da fauna silvestre;

IV - conscientização da população sobre a necessidade de se adotar os princípios da guarda responsável e proteção ecológica dos animais;

V - atuar na defesa dos animais feridos e abandonados.

Art. 3º- São atribuições do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais:

I - emitir parecer e deliberar em situações definidas nos termos do art. 2º desta Lei;

Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI
CGC 08490.302/0001-05

II - avaliar projetos no âmbito do poder público relacionado com a proteção animal e o controle de zoonoses;

III - propor alterações na legislação municipal vigente para garantir o cumprimento do direito legítimo e legal dos animais;

IV - propor e auxiliar a realização de parcerias com empresas públicas e privadas que possam apoiar, com auxílio financeiro ou força de trabalho, o cumprimento dos objetivos deste Conselho;

V - propor prioridades e linhas de ações na alocação de recursos em programas e projetos relacionados à guarda responsável;

VI - contribuir com a organização, orientação e difusão de práticas de guarda responsável no Município;

VII - acionar os órgãos públicos competentes em situações relativas ao bem-estar do animal;

VIII - requisitar e acompanhar diligências e adotar providências contra situações de maus-tratos aos animais;

IX - requerer na Justiça a proibição da tutela de animais e outras ações que visem à proteção animal, em situações previstas na legislação vigente;

X - propor e auxiliar o poder público na realização de campanhas de esclarecimento à população quanto à guarda responsável, educação ambiental, esterilização e saúde pública, conforme definido na legislação;

XI - solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta, que têm incidência no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;

XII - viabilizar medidas de conservação da fauna silvestre, bem como a manutenção dos seus ecossistemas;

XIII - incentivar a realização de estudos e trabalhos relacionados com a proteção animal.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será constituído por 9 (nove) membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI
CGC 08490.302/0001-05

- II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV - 1 (um) representante do IFRN São Paulo do Potengi;
- V - 2 (dois) representantes de ONGs ou projetos que atuem em defesa dos animais;
- VI - 1 (um) representante da Câmara Municipal;
- VII - 1 (um) representante do órgão municipal de controle de zoonoses;
- VIII - 1 (um) médico veterinário da iniciativa privada;

§ 1º Para cada membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será indicado um suplente da mesma área de atuação.

§ 2º Cada membro tem direito a um voto.

§ 3º A função de membro do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais é gratuita e considerada serviço público relevante, ficando expressamente vedada a concessão de quaisquer tipos de remuneração, vantagens ou benefícios de natureza pecuniária.

§ 4º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais será presidido por um de seus membros, eleito por maioria simples, na primeira reunião ordinária, ficando os dois segundos mais votados eleitos para os cargos de vice-presidente e secretário.

§ 5º Os representantes, titular e suplente, dos órgãos e entidades, serão indicados pelas respectivas instituições e nomeados pelo Prefeito.

§ 6º A substituição de representantes será efetivada mediante justificativa aprovada pela maioria, mantendo-se inalterada a sua constituição.

§ 7º Os membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais que não comparecerem a três reuniões num prazo de doze meses perderão o mandato, devendo ser informado, de imediato, o órgão ou entidade que os indicou, para, num prazo de quinze dias, providenciar a substituição.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, quando

Estado do Rio Grande do Norte
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI
CGC 08490.302/0001-05

necessário, ou na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§ 1º A convocação será feita por escrito, redes sociais ou meio eletrônico, com antecedência mínima de 3 (três) dias para as sessões ordinárias e de quarenta e oito horas para as sessões extraordinárias.

§ 2º As decisões do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais serão tomadas com aprovação da maioria simples de seus membros, com presença de, no mínimo, cinquenta por cento dos membros, contando com o Presidente, que terá o voto de qualidade.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de noventa dias, a contar da data da reunião de sua instalação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo do Potengi/RN, 10 de fevereiro de 2022.

João Cabral de Lira
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI / RN
PROTOCOLO

Recebido em 07/02/22 às 11:21 Hs

JOSEWILDO FELIX